

Demonstrações Financeiras

Geração Céu Azul S.A

31 de dezembro de 2017
com Relatório de Auditores Independentes

Geração Céu Azul S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	8
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial	11
Demonstração do resultado	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração do fluxo de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	17

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2017, a Geração Céu Azul S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. GERAÇÃO CÉU AZUL

A Geração Céu Azul S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada 100% pela Neoenergia S.A. A Companhia foi constituída em setembro de 2007 com a denominação “ZEUSPE Empreendimentos e Participações”, havendo a alteração para atual denominação social (“Geração Céu Azul S.A.”) em 31 de outubro de 2008. A Companhia possui no escopo do seu objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar empreendimentos e sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da unidade hidrelétrica Baixo Iguaçu, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito da unidade hidrelétrica Baixo Iguaçu, bem como serviços correlatos que lhe venha, a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (“CEBI” ou “Consórcio”), foi constituído em 27 de agosto de 2013, mediante contrato de constituição, pelas Companhias Geração Céu Azul (consorciada Líder) com 70% de participação e COPEL Geração e Transmissão com 30% de participação, em conformidade com os artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76, e tem como objetivo a implementação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE Baixo Iguaçu), um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná. Porém só ao final de julho de 2014 a ANEEL anuiu o pedido de entrada da Copel no Consórcio.

A UHE Baixo Iguaçu é o último aproveitamento hidrelétrico da cascata do rio Iguaçu, região hidrográfica do Paraná, sub-bacia 65, a jusante da UHE Salto Caxias e está regulada conforme contrato de concessão de uso do bem público nº 02/2012 que tem prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados da data da assinatura do mesmo. A energia será produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW e energia assegurada de 172,8 MW médios. A usina fornecerá 121 MW médios no mercado regulado e 51 MW médios serão comercializados no mercado livre.

Em julho de 2014, foi recebida a decisão judicial proferida pelo TRF 4ª Região determinando a suspensão das obras da UHE Baixo Iguaçu, por considerar necessária a autorização prévia do ICMBio em cada etapa do licenciamento. A referida decisão judicial determinou também que a paralisação ocorresse de forma segura. O Consórcio junto com os Consorciados elaborou o plano de desmobilização para a interrupção das obras, que, por sua vez, foi apresentado e aprovado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), permitindo, assim, a interrupção gradual das atividades.

Após esforços do CEBl, foi publicada decisão autorizando o reinício das obras em março de 2015. No entanto, o ICMBio impôs condicionantes adicionais ao Licenciamento Ambiental que impediram a retomada imediata das obras. Em 20 de novembro de 2015 já de posse das devidas autorizações ambientais, foram retomadas as atividades de implantação do empreendimento.

Em 23 de agosto de 2016, foi assinado o 2º termo aditivo que tem por objeto adequar o CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 02/2012-MME-UHE BAIXO IGUAÇU, de modo a formalizar a redefinição do cronograma da obra da UHE Baixo Iguaçu, bem como de sua data final de encerramento. Conforme decisão da ANEEL, positiva quanto ao excludente de responsabilidade, o prazo do contrato foi acrescido de setecentos e cinquenta e seis dias, e a nova previsão para entrada em operação da 1ª unidade geradora, passa a ser 20 de maio de 2018.

Como o Consórcio não tem personalidade jurídica, os ativos e passivos são também registrados proporcionalmente a cada participação, nas empresas Consorciadas. Os custos e despesas de implantação e manutenção incorridas pelo Consórcio são reembolsados integralmente pelos consorciados por meio de aportes. As despesas que foram realizadas previamente à constituição do Consórcio foram ressarcidas pela COPEL, na proporção de sua participação (30%), em relação a todas as despesas incorridas pela Geração Céu Azul.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2017	2016	Variação %
Receita Operacional Bruta	-	-	-
Receita Operacional Líquida	-	-	-
EBITDA	(3.197)	(1.944)	64,45
Resultado do Serviço - EBIT	(3.197)	(1.944)	64,45
Resultado Financeiro	4.912	(4.700)	(204,51)
Lucro Líquido	1.246	(6.644)	(118,75)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/17	dez/16	Variação %
Ativo Total	1.653.979	1.035.260	59,76
Dívida Bruta	381.612	244.963	55,78
Dívida Líquida ⁽²⁾	263.219	229.693	14,60
Patrimônio Líquido	950.625	707.944	34,28

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliária

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/17	dez/16	Variação (p.p)
Dívida Líquida/EBITDA ⁽³⁾	(82,33)	(118,15)	35,82
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽³⁾	0,65	(0,41)	1,06

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA)

e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2017	2016	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro Líquido	1.246	(6.644)	7.890	(118,75)
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido	469	-	469	-
Amortização e Depreciação	-	-	-	-
Receitas Financeiras	(8.092)	(2.241)	(5.851)	261,09
Despesas Financeiras	3.180	6.941	(3.761)	(54,19)
EBITDA	(3.197)	(1.944)	(1.253)	64,45

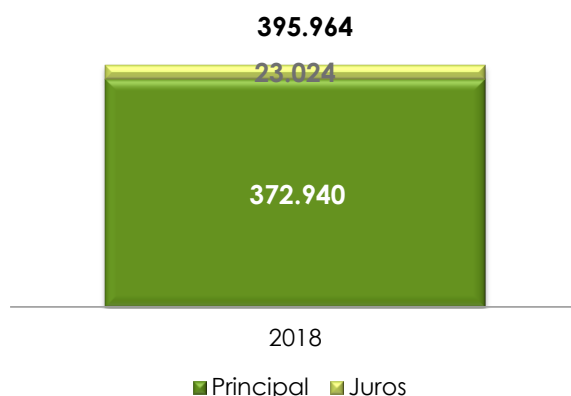
⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

Em dezembro de 2017 a dívida bruta consolidada da Geração Céu Azul, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 381,61 milhões, apresentando um

acréscimo de 55,78% (R\$ 136,64 milhões) em relação a dezembro de 2016. O valor do endividamento total em dezembro de 2017, da Geração Céu Azul contava com 100% da dívida contabilizada no curto prazo.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ mil)



5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), com vigência de 36 (trinta e seis) meses.

O serviço de auditoria relacionado à auditoria contempla a Auditoria das Demonstrações Contábeis Anuais.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

6. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e

Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Geração Céu Azul S.A. ("Geração Céu Azul"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de Geração Céu Azul e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de Geração Céu Azul.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a

alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de Geração Céu Azul sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Geração Céu Azul S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Céu Azul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geração Céu Azul S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparados



originalmente antes dos ajustes, descritos na nota explicativa 4, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 20 de abril de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes das demonstrações financeiras de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Geração Céu Azul S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior



do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Geração Céu Azul S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016 (Reclassificado)	01/01/2016 (Reclassificado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	118.393	94	43
Títulos e valores mobiliários	5	-	14.992	29.479
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.960	5.246	4.640
Outros ativos circulantes		517	132	132
Total do circulante		120.870	20.464	34.294
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários	5	-	184	56
Impostos e contribuições a recuperar	6	4.808	-	
Depósitos judiciais	13	41.651	11.512	11.587
Imobilizado	8	1.462.781	979.126	667.694
Intangível	9	23.860	23.970	23.310
Outros ativos não circulantes		9	4	9
Total do não circulante		1.533.109	1.014.796	702.656
Total do ativo		1.653.979	1.035.260	736.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Céu Azul S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016 (Reclassificado)	01/01/2016 (Reclassificado)
Passivo e Patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	10	17.587	38.454	5.392
Empréstimos e financiamentos	12	381.612	244.963	210.032
Contas a pagar de operações de mútuo	11	159.697	-	843
Outros passivos circulantes		4.120	2.954	1.928
Total do circulante		563.016	286.371	218.195
Não circulante				
Provisões	13	46.307	10.942	9.410
Recursos destinados a aumento de capital	17	70.050	-	-
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	9	23.860	23.970	22.468
Outros passivos não circulantes		121	6.030	38
Total do não circulante		140.338	40.942	31.916
Patrimônio líquido				
Capital social	14	949.394	707.962	480.210
Reservas de lucros		1.231	1.574	6.629
Prejuízos acumulados		-	(1.589)	-
Total do patrimônio líquido		950.625	707.947	486.839
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.653.979	1.035.260	736.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Céu Azul S.A.

Demonstração de resultado

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação).

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas gerais e administrativas	15	<u>(3.197)</u>	<u>(1.944)</u>
Prejuízo operacional		-	<u>(1.944)</u>
Receitas financeiras	16	8.486	2.241
Despesas financeiras	16	<u>(3.574)</u>	<u>(6.941)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.715	<u>(6.644)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	<u>(469)</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>1.246</u>	<u>(6.644)</u>
Lucro (prejuízo) por ação do capital - R\$		0,0013	(0,009)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Céu Azul S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	1.246	(6.644)
Resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	<u>1.246</u>	<u>(6.644)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Céu Azul S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos a distribuir		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	480.210	332	4.723	1.574	-	486.839
Aumento de capital	227.752	-	-	-	-	227.752
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(6.644)	(6.644)
Absorção do prejuízo	-	(332)	(4.723)	-	5.055	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	707.962	-	-	1.574	(1.589)	707.947
Aumento de capital	241.432	-	-	-	-	241.432
Absorção do prejuízo	-	-	-	(343)	343	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.246	1.246
Saldo em 31 de dezembro de 2017	949.394	-	-	1.231	-	950.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Céu Azul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016 (Reclassificado)
Fluxo de caixa operacional		
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos	1.715	(6.644)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(1.658)	(982)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias	(1.658)	(982)
	57	(7.626)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
IR e CSLL a recuperar	(1.722)	(517)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(99)	-
Depósitos judiciais	(30.139)	75
Outros ativos	(390)	5
	(32.350)	(437)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(20.867)	33.062
Encargos de dívidas pagas	(15.551)	-
Contas a pagar de operação de mútuo	159.697	-
Outros passivos	(4.916)	6.929
	118.363	39.991
Caixa oriundo das atividades operacionais	87.728	31.928
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(411.915)	(274.310)
Aquisição de intangível	-	(660)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	16.834	15.341
Utilização de caixa em atividades de investimento	(395.081)	(259.629)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	241.432	227.752
Adiantamento para futuro aumento de capital	70.050	-
Captação de empréstimos e financiamentos	150.000	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(34.172)	-
Utilização de caixa em atividades de financiamento	427.310	227.752
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	118.299	51
Caixa e equivalentes no início do exercício	94	43
Caixa e equivalentes no final do exercício	118.393	94
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	118.299	51
Transações que não envolveram caixa		
Capitalização de juros, despesas financeiras e at monetária provisão contingência	41.426	34.931
Intangível – Uso do Bem público	(110)	659
Provisão de Contingência	34.990	1.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Geração Céu Azul S.A. (“Geração Céu Azul” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado integralmente controlada pela Neoenergia S.A., que tem como objeto a construção e operação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE Baixo Iguaçu), um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná. A energia será produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW. A energia assegurada de 172,8 MW médios foi revisada através da portaria PRT 390/14 do Ministério de Minas e Energia e reduzida para 171,1 MW médios, a Geração Céu Azul já recorreu da decisão e acompanha o transcorrer do processo.

Em 22 de abril de 2009, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (“TRF4”) determinou a Suspensão do licenciamento da UHE Baixo Iguaçu. Essa sentença somente foi reformada em grau de apelação em 21 de março de 2012. Em 20 de agosto de 2012 a Geração Céu Azul e a União firmaram o Contrato de Concessão 02/2012 para exploração da UHE Baixo Iguaçu por 35 anos, com previsão para início da operação comercial em 24 de abril de 2016.

Em 23 de maio de 2013 foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Neoenergia e Geração Céu Azul a participação da Copel G&T na implantação da UHE Baixo Iguaçu, através da constituição de Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - CEBI. A nova estrutura do projeto passou a seguinte participação: 70% da Neoenergia e 30% da Copel G&T.

As despesas que foram realizadas previamente à constituição do Consórcio foram ressarcidas pela COPEL, na proporção de sua participação (30%), em relação a todas as despesas incorridas pela Companhia, vinculadas ao projeto UHE Baixo Iguaçu.

Em 17 de junho de 2013 foi emitida, pelo Instituto ambiental do Paraná, a Licença de Instalação e em 30 de junho de 2013 foi dada a ordem de serviço definitiva para o início das obras de construção da UHE Baixo Iguaçu.

Em julho de 2014, a Geração Céu Azul, recebeu decisão judicial proferida pelo TRF 4ª Região determinando a suspensão das obras da UHE Baixo Iguaçu, por considerar necessária a autorização prévia do ICMBio em cada etapa do licenciamento. Todos os custos ambientais foram tratados de perto pelo Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu e em 20 de novembro de 2015 já de posse das devidas autorizações ambientais foram retomadas as atividades de implantação do empreendimento.

Em janeiro de 2016 foi deferido o requerimento de excludente de responsabilidade através do despacho nº 130 da ANEEL que concedeu o prazo de 626 dias ao Consórcio. No mês seguinte, as obras foram retomadas em sua plenitude. Contudo, ainda em fevereiro, o Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu apresentou pedido de reconsideração ao processo de excludente de responsabilidade deliberado pela ANEEL e, em 26 de abril o recurso foi analisado e julgado, tendo sido retificado o período reconhecido como excludente de responsabilidade para 756 dias, por meio do Despacho n.º 1.078, de 03 de maio de 2016.

Ao longo do ano de 2016 o Movimento de Atingido por Barragens(MAB) reiteradas vezes promoveram invasões e bloqueio dos acessos ao canteiro de obras da Usina, interrompendo as atividades de implantação das obras.

Em 7 de novembro de 2017 através da resolução autorizativa nº 6.712 a ANEEL reconheceu 46 dias de excludente de responsabilidade, aguardam-se o aditivo do Contrato de Concessão e a postergação dos CCEARs.

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Em dezembro de 2017, estavam mobilizados aproximadamente 1.298 funcionários do Consórcio Construtor Baixo Iguaçu e a obra transcorre em ritmo normal.

Atualmente, a previsão de conclusão das obras e entrada em operação comercial da primeira unidade é 05 de julho de 2018.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 442.146 (R\$ 265.907 em 31 de dezembro de 2016) e prevê que a geração de caixa adicional será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2018.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- (ii) Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) A avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo;
- (ii) Análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, vide nota explicativa n°.13

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Mensuração

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

- Empréstimos: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, classificados a valor justo por meio do resultado.

Mensuração

Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

b) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

2.7. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidencia objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, quando na entrada em operação da Companhia. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

2.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

2.11. Receita e Despesas Financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.12. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 18).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas existentes

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

3.1. *IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiro – Reconhecimento e Mensuração.

- **Classificação - Ativos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

- **Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

A IFRS 9/CPC 48, substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; A Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

- **Passivos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA;
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representados por dívidas em moeda estrangeira, para os quais existem instrumentos financeiros derivativos para mitigação do risco cambial. Para atendimento dos requerimentos da contabilidade de hedge, as variações atribuíveis às alterações no risco de crédito continuarão sendo contabilizadas no resultado.

- **Divulgações**

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

- **Transição**

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

- (a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- (b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros.

3.2. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

- **Receita de Geração**

Após a entrada em operação, conforme nota 1, a Companhia passará a reconhecer a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia é negociada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- **Câmara de Comercialização de Energia - CCEE**

Após a entrada em operação, conforme nota 1, a Companhia passará a reconhecer a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia gerado é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- **Transição**

A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

3.3. IFRS 16 Leases (arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

- ***Transição***

Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

3.4. Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Reclassificação de saldos comparativos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo reclassificadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência da reclassificação dos saldos referentes as aplicações financeiras da conta de Caixa e equivalentes de caixa para a conta de Títulos e valores mobiliários. As aplicações financeiras que foram reclassificadas não atendiam a todos os critérios para a classificação como equivalentes de caixa, uma vez que não vinham sendo utilizados para atender a compromisso de curto prazo, bem como em alguns casos tinham prazo de vencimento superior a noventa dias.

A tabela a seguir resume esses impactos:

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
Caixa e equivalentes de caixa	15.070	(14.976)	94
Títulos e valores mobiliários	16	14.976	14.992
Outros	1.020.170	-	1.020.170
Total de ativos	1.035.260	-	1.035.260
Total de passivos	327.313	-	327.313
Total do patrimônio líquido	707.947	-	707.947

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
Atividades operacionais	32.910	-	32.910
Atividades de investimento	(275.114)	(14.976)	(290.090)
Atividades de financiamento	227.752	-	227.752

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Balço patrimonial em 01 de janeiro de 2016

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
Caixa e equivalentes de caixa	29.522	(29.479)	43
Títulos e valores mobiliários	-	29.479	29.479
Outros	707.428		707.428
Total de ativos	736.950	-	736.950
Total de passivos	250.111	-	250.111
Total do patrimônio líquido	486.839	-	486.839

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Ref.	2017	2016 (Reclassificado)
Caixa e equivalentes de caixa	(a)		
Caixa e depósitos bancários à vista		50	94
Fundos de investimento		118.343	-
Total de caixa e equivalentes de caixa		118.393	94
Títulos e valores mobiliários	(b)		
Fundos de investimento		-	15.176
Total de títulos e valores mobiliários		-	15.176
Circulante		118.393	15.086
Não Circulante		-	184

(a) Em 31 de dezembro de 2017, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía um pequeno volume em cotas de fundos de investimentos de Fundos abertos, onde estes estão na carteira própria da companhia que são classificados como títulos e valores mobiliários.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

Seguem composições das carteiras dos Fundos de Investimentos da Companhia:

Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)	2017
BB Polo 28 FI Renda Fixa	
BB TOP Curto Prazo	118.326
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	3
Outros	14
Total CEC - Fundos Exclusivos	118.343

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>Carteira (Títulos e valores mobiliários)</u>	<u>2016</u>
BB Polo 28 FI Renda Fixa	
BB TOP RF moderado FI RF LP	2.816
BB TOP RF conservador FI RF LP	9.363
CDBs	858
LF	1.588
Debêntures	34
DPGE	484
Outros	33
Total TVM - Fundos Exclusivos	15.176

No período atual 31 de dezembro de 2017 não temos fundos de investimentos classificados como Títulos e valores mobiliários.

6. Impostos e Contribuições a recuperar

	<u>Ref.</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de Renda - IR	(a)	6.478	4.945
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	83	193
Imposto sobre serviços - ISS		-	108
Outros		207	-
		<u>6.768</u>	<u>5.246</u>
Circulante		1.960	5.246
Não circulante		4.808	-

(a) O valor de Imposto de Renda a recuperar refere-se principalmente a uma operação de SWAP em 2016. Esse imposto foi retido no momento da amortização da dívida do CCB Santander no valor de R\$ 4.058.

7. Imposto de renda e contribuição social corrente

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.715	1.715	(6.644)	(6.644)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	429	154	(1.661)	(598)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	65	32	2	1
Diferenças permanentes	89	32	2	1
Incentivos fiscais e outros	(24)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no período	494	186	(1.659)	(597)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	(155)	(56)	1.659	597
Imposto de renda e contribuição social no resultado	339	130	-	-
Corrente	339	130	-	-
Recolhidos e Pagos	35	135	96	45
A pagar	-	-	-	-
Compensados e deduzidos	319	-	25	-
Impostos antecipados a recuperar	(15)	(5)	(121)	(45)
	<u>339</u>	<u>130</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado

Por natureza, o ativo imobilizado da Companhia é composto da seguinte forma:

	<u>Ref.</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em curso			
Terrenos		135.476	23.302
Reservatórios, barragens e adutoras		58.288	48.448
Edificações, obras civis e benfeitorias		817.123	586.388
Máquinas e equipamentos		204.670	55.011
Outros	(a)	247.224	265.977
Total		<u>1.462.781</u>	<u>979.126</u>

(a) Refere-se aos valores que serão rateados no final da construção pelos itens que compõem a usina.

Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações utilizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados a concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Contrato de Concessão de Geração Nº 02/2012 - ANEEL.

A movimentação do saldo do imobilizado em curso está demonstrada a seguir:

	<u>Em Curso</u>
	<u>Custo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	667.694
Adições	311.432
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>979.126</u>
Adições	483.655
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.462.781</u>

9. Intangível

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionado ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica, cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público- UBP.

O registro inicial desse ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores de obrigações futuras trazidas a valor presente. Posteriormente, esses valores são atualizados pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

O início do pagamento pelo UBP dar-se-á a partir da operação comercial da primeira unidade geradora da UHE, ou a partir do início da entrega de energia, objeto do contrato de comercialização e energia no ambiente regulado- CCEA, o que ocorrer primeiro, até o trigésimo quinto ano da concessão.

Em Dezembro de 2017, foi assinado um termo aditivo que definiu uma nova previsão para a entrada em operação da 1º unidade geradora. A data foi prorrogada para 5 de Julho de 2018 e devido a isso o saldo do Uso do Bem Público foi mantido na sua totalidade no não circulante

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

A composição do saldo é como segue:

	<u>2017</u> Custo	<u>2016</u> Custo
Em curso		
Direito de uso de concessão	23.860	23.970
Total:	<u><u>23.860</u></u>	<u><u>23.970</u></u>

A movimentação do saldo é como segue:

	<u>Direito de Uso de</u> <u>Concessão</u> <u>Não</u> <u>Circulante</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	23.970
Baixa	(110)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u><u>23.860</u></u>

10. Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

<u>Fornecedores</u>	<u>Ref.</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Materiais e serviços - Terceiros	(a)	17.587	38.454
Total		<u><u>17.587</u></u>	<u><u>38.454</u></u>

(a) Provisão para fornecedores referente a construção da usina.

11. Contas a pagar de operações de mútuo

O saldo de R\$ 159.697, refere-se ao contrato de mútuo que a Companhia firmou entre partes relacionadas, com a Itapebi Geração de Energia. Foram realizados três contratos de mútuo no período de maio a julho de 2017 remunerados pela taxa de juros de 107% do CDI e com prazo de liquidação de até 180 dias após a assinatura dos contratos. Posteriormente, as partes aditaram o contrato postergando o prazo de liquidação até 8 de maio de 2018.

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Empréstimos e Financiamentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>Dívida</u>	<u>Dívida</u>
Banco do Brasil	226.709	244.963
Santander	155.596	-
(-) Custos de transação	(693)	-
Total Moeda Nacional	381.612	244.963
<hr/>		
Circulante	381.612	244.963
Endividamento Total	381.612	244.963

a) Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>Circulante</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	210.032
Encargos	34.931
Saldos em 31 de dezembro de 2016	244.963
Ingressos	150.000
Encargos	35.035
Amortizações e pagamentos de juros	(49.723)
(-) Custos de transação	1.337
Saldos em 31 de dezembro de 2017	381.612

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Fluxo de caixa			Alterações em não caixa				Alterações em não caixa	
	2015	Adições	Baixas		2016	Adições	Baixas		2017
Empréstimos e financiamentos	210.032	-	-	34.931	244.963	150.000	(49.723)	36.372	381.612

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia capitalizou no seu ativo imobilizado encargos de dívidas no montante de R\$ 35.035 (2016- R\$ 34.637).

Neste ano de 2017 a empresa contratou um empréstimo com Banco Santander nas seguintes condições:

<u>Empresa</u>	<u>Financiadores</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos Financeiros Anuais - %</u>	<u>Valor Captado</u>
Geração Céu Azul	Banco Santander	10/08/2018	126% CDI	150.000
Total				150.000

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Provisões e Depósitos Judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, decorrente do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	<u>Cíveis</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.410
Atualização	1.532
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.942
Constituição	34.990
Baixas/reversão	(4.679)
Atualização	5.054
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>46.307</u>

a) Provisões para processos judiciais

Cíveis

Referem-se a ações de desapropriação de terras. Esses valores são contabilizados contra terrenos, no ativo imobilizado por se tratarem de desapropriação. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 8.346 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2016) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

b) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cíveis	41.651	11.512
Total	<u>41.651</u>	<u>11.512</u>

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 949.394 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 707.962, representando ações ordinárias cuja composição é apresentada a seguir:

Acionistas	Lote de mil ações	
	Ações ordinárias	
	Única	%
Neoenergia S.A.	949.394	100%

Lucro por ação

O cálculo do lucro/prejuízo básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi baseado no lucro/prejuízo do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	1.246	(6.644)
Média ponderada das ações emitidas	949.394	707.962
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,0013	(0,009)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

Não foi constituída reserva legal em 2017 na companhia, pois há prejuízos a serem compensados.

15. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Despesas	2017	2016
Pessoal	(936)	(575)
Administradores	(1.456)	(846)
Material	(29)	(10)
Serviços de terceiros	(531)	(342)
Arrendamentos e aluguéis	(44)	(65)
Outros	(201)	(106)
Total custos / despesas	<u>(3.197)</u>	<u>(1.944)</u>

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Receitas e despesas financeiras

Receitas Financeiras	2017	2016
Renda de aplicações financeiras	7.503	2.241
Outras receitas financeiras	983	
Total	8.486	2.241
Despesas Financeiras		
Multa moratória	(691)	(5.323)
Despesas com IOF	(2.412)	(528)
Comissão Bancária	-	(813)
Outras despesas financeiras	(471)	(277)
Total	(3.574)	(6.941)
Resultado financeiro líquido	4.912	(4.700)

17. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COLIGADAS	Ref.	Ativo / Passivo	
		31/12/2017	31/12/2016
Serviços Administrativos			
NEOENERGIA S.A		(2)	(2)
		(2)	(2)
Adiantamento para futuro aumento de Capital (AFAC)			
NEOENERGIA S.A	(a)	(70.050)	-
		(70.050)	-
Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo			
ITAPEBI	(b)	(159.697)	-
		(229.749)	-
TOTAL		(229.749)	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 70.050 recebido ao longo do ano de 2017
- Refere-se ao contrato de mútuo firmado com a Itapebi Geração de Energia S.A. com a Geração Céu Azul, cujas condições estão descritas na nota 11.

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

17.1 Remuneração da Administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 1.456 (R\$ 846 em 31 de dezembro de 2016) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência do Consórcio Baixo Iguaçu.

18. Gestão de Risco Financeiro

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado (risco de taxa de juros e de índice de preços, dentre outros), de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou índices de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A política financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam preferencialmente alocadas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar prioritariamente os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2017, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$118.343 em fundos exclusivos.

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo de caixa contratual total</u>	<u>2018</u>
Passivos financeiros não derivativos			
Empréstimos e financiamentos	381.612	395.964	395.964
Fornecedores	17.587	17.587	17.587

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

Sua principal exposição ao risco de crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação regulatória.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicado pelas agências de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	118.393	94
Títulos e valores mobiliários	-	15.176

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

e) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,9%	118.343	11.858	8.893	5.929
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,9%	(382.305)	(33.502)	(8.375)	(16.751)

f) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Nível (*)	2017		2016	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
		118.393	118.393	15.270	15.270
Caixa e equivalentes de caixa	1	118.393	118.393	94	94
Títulos e valores mobiliários	2	-	-	15.176	15.176
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado					
		399.199	403.872	283.417	283.417
Fornecedores	2	17.587	17.587	38.454	38.454
Empréstimos e financiamentos	2	381.612	386.285	244.963	244.963

(*) Refere-se à hierarquia do valor justo.

Geração Céu Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

A Companhia entende que valor justo dos fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por serem tratadas de operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo da operação. Para mensuração do valor justo dos empréstimos a Companhia se utilizou do valor a curva.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCUS MOREIRA DE ALMEIDA
Presidente

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN
Vice-Presidente

Titulares
AGUINALDO BARBIERI
SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO

Suplentes
LARA CRISTINA RIBEIRO PIAU MARQUES
MARCUS VINICIUS CODECEIRA LOPES PEDREIRA
MÁRCIO HAMILTON FERREIRA

DIRETORIA EXECUTIVA

Alejandro Roman Arroyo
Diretor Presidente

Sandro Kohler Marcondes
Diretor Financeiro

Eunice Rios Guimarães Batista
Diretora de Gestão de Pessoas

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor Regulação

Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle

CONTADORA

Vivian Paim Lopes
CRC-RJ-Nº 104355/O-8

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Geração Céu Azul S.A.** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2017, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2018.

MARCUS MOREIRA DE ALMEIDA

SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO

AGUINALDO BARBIERI

LARA CRISTINA RIBEIRO PIAU MARQUES

MARCUS VINICIUS CODECEIRA LOPES PEDREIRA

MARCIO HAMILTON FERREIRA

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Geração Céu Azul S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.780.652/0001-47, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Neoenergia Serviços alusivas ao exercício social findo em 31.12.2017; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Neoenergia Serviços relativas ao exercício social findo em 31.12.2017.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2018.

Alejandro Román Arroyo

Diretor-Presidente

Eunice Rios Guimarães Batista

Diretora de Gestão de Pessoas

Eduardo Capelastegui Saiz

Diretor de Planejamento e Controle

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure

Diretor de Regulação

Sandro Kohler Marcondes

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores